

Revolução política pela ética

■ Sociedade está muito mais atenta ao Legislativo

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — A sociedade nunca foi tão exigente e tão atenta aos passos dos políticos, na avaliação deles próprios. “É uma verdadeira revolução política pela ética”, define Waldyr Pires (sem partido-BA). O resultado desta vigilância é uma sucessão de denúncias que afetam a credibilidade do Legislativo.

“A maior parte dos congressistas acha que isso aqui é a casa dos eleitos e não dos eleitores”, condena Paulo Delgado (PT-MG) criticando o caráter pessoal dos mandatos. Sua avaliação é que enquanto os mandatos não forem vistos como um bem público, ao invés de privado, o Congresso vai continuar sendo “este mercado persa que se observa em algumas votações”. Para Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), o país passa por uma profunda crise ética e moral que se reflete no Congresso. Ele concorda que existem muitos políticos desonestos, mas diz que para cada um há milhares de eleitores “safados”, segundo sua expressão.

O deputado José Genoíno (PT-SP) sugere que sejam tomadas medidas preventivas e capazes de dar transparência à ativi-

dade pública. Entre elas, o fim do sigilo bancário dos parlamentares e dos servidores públicos com cargos de confiança. E adverte: sem um amplo movimento para resgatar os valores éticos, o país pode naufragar numa crise moral capaz de colocar em risco a própria democracia. Com a mesma preocupação, Waldyr Pires acredita que a questão deve ter também uma dimensão social. “Não pode haver ética numa sociedade que banaliza a miséria e convive com 30 milhões de famintos”.

Pelourinho — O ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) acha que o Congresso não merece críticas tão virulentas e reclama justiça para o único poder que se auto-amputou. Lembra que a Câmara cassou os mandatos dos ex-deputados Mário Bouchardet (MG) e Felipe Cheide (SP), por falta de assiduidade, e Jabes Rabelo (RO), por falsidade ideológica. Para Ibsen, o Congresso não é pior que os demais poderes, mas está no centro do furacão porque “não tem poder de retaliação, como o Judiciário que julga e condena e o Executivo que prende e paga”. Waldyr Pires concorda: “O Legislativo é um poder desarmado.”

Ibsen diz que o Congresso foi colocado no pelourinho mais por suas novas virtudes, de representar camadas sociais antes excluídas do processo político,

do que por seus erros. “Estes vícios não são novos e eram todos tolerados quando o Congresso servia apenas às oligarquias”, sentencia.

Nelson Jobim (PMDB-RS) afirma que a questão ética tem razões estruturais e decorre do sistema eleitoral em vigor que induz “à antropofagia e à barbárie”. Mas admite que há os casos de quem pretende fazer fortuna através da política. Ele acrescenta que a imagem dos políticos fica arranhada também pelo discurso duplo, cacoete dos tempos da ditadura, quando havia o discurso da clandestinidade e o público: “Quem não tem esta linguagem dissimulada é taxado de ingênuo”.

“Não há como prever os desvios éticos dos congressistas, o único jeito é punir quando eles acontecerem”, afirma Miro Teixeira (PDT-RJ). Ele se queixa das críticas generalizadas e que acabam se voltando contra a instituição, acrescentando que nos países com democracia mais sólida os acusados são identificados individualmente. “A crítica generalizada nivela a favor dos que erram”, argumenta e lembra que os parlamentares conhecidos é que acabam pagando. Dá como exemplo o caso de Ulysses Guimarães (PMDB-SP) nas eleições de 1990 quando quase não conseguiu se reeleger. Ulysses encarnava a instituição e quase acabou punido por isso.